Associação Casa Fonte da Vida **Balanco Patrimonial** Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em Reais) São Francisco de Assi



ATIVO	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE	24.665.784	30.587.019
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 5)	125.528	1.569.464
Realizável	24.540.256	29.017.555
Aplicações Financeiras (nota 6)	1.247.523	2.181.869
Créditos de Operações de Assistência à Saúde (nota 7)	16.239.277	18.172.983
Subvenção e Assistência Governamentais a Receber (nota 7)	1.509.403	5.618.090
Créditos Tributários e Previdenciários	361.985	368.373
Bens e Títulos a Receber (nota 7)	5.110.473	2.587.235
Despesas Antecipadas	71.594	89.005
ATIVO NÃO CIRCULANTE	41.308.653	42.272.589
Realizável a Longo Prazo	115.984	708.982
Títulos e Créditos a Receber	115.984	64.494
Subvenção e Assistência Governamentais a Receber (nota 7)	0	644.488
Investimentos	465.704	411.930
Outros Investimentos	465.704	411.930
Imobilizado (nota 11 a)	40.720.841	41.143.207
Imóveis de Uso Próprio	33.744.670	34.092.653
Imóveis - Hospitalares	29.928.170	30.238.887
Imóveis - Não Hospitalares	3.816.500	3.853.765
Imobilizado de Uso Próprio	6.727.134	6.667.384
Hospitalares	6.436.536	6.610.537
Não Hospitalares	290.598	56.847
Imobilizações em Curso	249.038	383.170
Intangível (nota 11 b)	6.124	8.470

Associação Casa Fonte da Vida Balanço Patrimonial Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em Reais)

TOTAL DO ATIVO

PASSIVO

65.974.437

2022

72.859.607

2023	2022	
50.363.562	36.727.900	
-	107.821	
17.703.842	10.712.757	
8.383.903	4.705.959	
9.073.951	5.910.495	
11.262.740	7.223.693	
3.939.126	8.067.176	
72.427.799	73.382.012	
124.731	168.805	
12.064.845	9.369.877	
54.036.857	56.793.307	
1.954.231	2.504.699	
4.247.135	4.545.324	
-56.816.924	-37.250.305	
27.507	27.507	
1.706.715	1.706.715	
17.732.527	17.732.527	
-56.717.054	-41.856.352	
-19.566.619	-14.860.702	
65.974.437	72.859.607	
	50.363.562 17.703.842 8.383.903 9.073.951 11.262.740 3.939.126 72.427.799 124.731 12.064.845 54.036.857 1.954.231 4.247.135 -56.816.924 27.507 1.706.715 17.732.527 -56.717.054 -19.566.619	

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

MARIA NAIR LOPES ANTONIO RICO RENÓ JUNIOR CONTADOR CRC 1SP 153.420/O-3 PRESIDENTE CPF: 338.219.928-91 CPF: 109.771.088-21

Associação Casa Fonte da Vida Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

						Valores em R\$
DESCRIÇÃO	Patrimônio Social	Reservas Patrimoniais	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávits / Déficits Apurados	Superávits /Déficits dos Exercícios	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	27.507	1.526.593	17.732.527	-36.947.452	-4.908.899	-22.569.724
DOAÇÕES PARA INVESTIMENTOS		180.122				180.122
DÉFICIT DO EXERCÍCIO					-14.860.702	-14.860.702
DESTINAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERC.ANTERIOR				-4.908.899	4.908.899	0
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	27.507	1.706.715	17.732.527	-41.856.351	-14.860.702	-37.250.304
DOAÇÕES PARA INVESTIMENTOS						0
DÉFICIT DO EXERCÍCIO					-19.566.619	-19.566.619
DESTINAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERC.ANTERIOR				-14.860.702	14.860.702	0
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	27.507	1.706.715	17.732.527	-56.717.054	-19.566.619	-56.816.924
As notas explicativas da administração são parte integrante das o	demonstrações cont	ábeis.				

Associação Casa Fonte da Vida

Demonstração do Resultado do Período

Exercícios Findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em Reais)

	- Control	****
	2023	2022
DESCRIÇÃO	Total	Total
Receitas de Assistência à Saúde	100.462.757	95.320.744
Receitas c/ Operações de Assistência Médico-Hospitalar (nota 22)	54.453.988	53.801.066
Receitas c/ Operações de Assistência Médico-Hospitalar (SUS) (nota 20 e 22)	31.135.735	30.320.081
Outras Receitas Operacionais	14.873.033	11.199.597
Receitas c/ Doações (nota 26)	1.581.799	1.106.621
Receitas Diversas	3.063.711	3.430.867
Receitas c/ Subvenções/Assistências Governamentais - Com Restriçã (nota 20)	10.207.564	6.595.167
Receitas c/ Realizações de Projetos/Investimentos - Sem Restrição	13.755	64.146
Receitas c/ Trabalho Voluntário (nota 35)	6.204	2.796
Despesas de Assistência à Saúde (Com Restrição nota 20)	-108.355.912	-101.288.333
Pessoal Próprio	-42.670.355	-37.299.211
Pessoal Serviços de Terceiros	-38.536.571	-37.959.602
Materiais e Medicamentos	-23.078.440	-21.692.164
Despesas Gerais e Administrativas	-2.225.847	-2.594.549
Depreciações e Amortizações	-1.768.461	-1.687.091
Despesas com Tributos	-70.034	-52.920
Despesas c/ Trabalho Voluntário (nota 35)	-6.204	-2.796
RESULTADO BRUTO	(7.893.156)	(5.967.589)
Resultado Financeiro Líquido	-11.742.521	-8.900.800
Receitas Financeiras	251.128	543.175
Despesas Financeiras	-11.993.649	-9.443.976
Resultado Patrimonial	69.057	7.687
Receitas Patrimoniais	76.328	56.261
Despesas Patrimoniais	-7.270	-48.575
RESULTADO LÍQUIDO - DÉFICITS DOS PERÍODOS (nota 23)	-19.566.619	-14.860.702

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Jacareí, 31 de dezembro de 2023

MARIA NAIR LOPES ANTONIO RICO RENÓ JUNIOR PRESIDENTE CONTADOR CRC 1SP 153.420/O-3 CPF: 338.219.928-91 CPF: 109.771.088-21

Associação Casa Fonte da Vida Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

DFC	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(Déficit) do período	(19.566.619)	(14.860.702)
Ajustes para a reconciliação do Resultado:		
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	117.429	(51.182)
Depreciação e Amortização	1.768.461	1.687.091
Perda na Venda/Baixa de Bens do Imobilizado	9.008	52.642
Provisão (reversão)Contingências	(44,074)	(54, 195)
Dividendos integralizados	(52.314)	(44.646)
Juros Apropriados s/ Empréstimos e Financiamentos	7.944.016	7.664.826
Ajustes a Valor Presente	(1.159)	22.210
Outros Aiustes	()	-
(Déficit) do Período Ajustado	(9.825.253)	(5.583.956)
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionai:		
Aplicações	934.346	(1,287,072)
Crédito de Operações Não Relac, com Planos de Assistência a Saúde	1.816.277	(1.552.613)
Subvenção e Assistência Governamentais	4.108.687	(5.618.090)
Créditos Tributários e Previdenciários	6.388	(8.239)
Outros Valores e Bens	(2.523.238)	6.399.528
Despesas Antecipadas	17.411	(17.617)
Outros Créditos a Receber Longo Prazo	649.288	5.005.728
Outros Creditos a Receper Longo Frazo	5.009.159	2.921.624
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionai:	5.009.159	2.921.024
Provisões Técnicas de Operações de Assistencia a Saúde	(107,821)	(18,078)
	6.991.085	2.841.842
Débitos de Operações de Assistência a Saúde Não Relac.OPS		
Tributos e Encargos Sociais	3.677.945	(675.860)
Débitos Diversos	(89.003)	1.208.911
Tributos e Encargos Sociais(Longo Prazo)	2.694.968	798.491
Débitos Diversos (Longo Prazo)	(550.468)	(10.375.265)
Subvenção e Assistência Governamentais	(298.189)	4.545.324
Doações Para Investimentos		180.121
	12.318.517	(1.494.514)
Total das Atividades Operacionais	7.502.423	(4.156.846)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Hospitalar	=	-
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimentos		
(-) Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar	(1.352.757)	(1.674.478)
(-) Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	-	-
(-) Aquisição de Ativo Intangível	-	-
(-) Outras Aquisições das Atividades de Investimentos	(56,591)	(301,386)
Total das Atividades de Investimentos	(1.409.348)	(1.975.864)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Recebimento - Empréstimos/Financiamentos	18.650.285	20.741.560
(+) Títulos Descontados	-	
(+) Outros Recebimentos da Atividade de Empréstimos/Financiamentos		
(-) Pagamento de Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(26,187,296)	(13.500.234)
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Empréstimos/Financiamentos	(20.101.200)	(10.000.204)
Total das Atividades de Financiamentos	(7.537.010)	7.241.326
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.443.935)	1.108.617
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	1.569.464	460.847
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	125.528	1.569.464
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.		
Jacareí, 31 de dezembro de 2023		
The second secon		

Continua na página seguinte >

Associação Casa Fonte da Vida - Hospital São Francisco de Assis

Notas Explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

1. Contexto operacional

Em 15 de setembro de 1980 foi fundada a Associação Casa Fonte da Vida, voltada a promover e defender a dignidade humana a partir de uma visão integral da pessoa: seu aspecto físico, psíquico, social e espiritual. A Associação Casa Fonte da Vida, mantenedora do Hospital São Francisco de Assis, é uma Associação sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade na área 6 saúde, conforme artigo 2º do Estatuto Social, é reconhecida de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto 97.888 de 29.06.1989, Utilidade Pública Estadual, conforme Lei nº 5.045 de 18/04/1986, Utilidade Pública Municipal conforme Lei nº 18.04/1986, Utilidade Pública de Entidade Diblica Municipal conforme Lei nº 5.045 de 18/04/1986, Utilidade Pública de Diblica Municipal conforme Lei nº 5.045 de 18/04/1986, Utilidade Pública de Diblica Municipal conforme Lei nº 5.045 de 18/04/1986, Utilidade Pública de Diblica Municipal conforme Lei nº 5.045 de 18/04/1986, Utilidade Pública de Diblica Municipal conforme Lei nº 5.045 de 18/04/1986, Utilidade Pública de Diblica Municipal conforme Lei nº 5.045 de 18/04/1986, Utilidade Pública Diblica Municipal conforme Lei nº 5.045 de 18/04/1986, Utilidade Pública Municipal conforme Lei nº 5.045 de 18/04/1986, Utilidade Pública Municipal conforme Lei nº 5.045 de 18/04/1986, Utilidade Pública Municipal conforme Lei nº 5.045 de 18/04/1986, Utilidade Pública Municipal conforme Lei nº 5.045 de 18/04/1986, Utilidade Pública Municipal conforme Lei nº 5.045 de 18/04/1986, Utilidade Pública Pública Municipal conforme Lei nº 5.045 de 18/04/1986, Utilidade Pública Pública Municipal conforme Lei nº 5.045 de 18/04/1986, Utilidade Pública Pública Municipal conforme Lei nº 5.045 de 18/04/1986, Utilidade Pública P

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Entidade adotou a Lei nº. 11.638/2007 Lei 11.941/09 que alteram artigos da Lei nº 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC 2019/NBCTGEC de 13/12/2019, que trata da Estutura Conceitual para a Elaboração e A presentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26 R5), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conseiho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC N° 1409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1), para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

3. Formalidade da Escrituração Contábil Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000)

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo

A entidade rilatient un sistema de escrituação dinitional cos eus atos e latos administrativos, por mierio de processo eletrônico.

O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.

4. Principais Práticas Contábeis Adotadas

a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC TG 03 R3) Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.185/09 que aprovou a NBC TG 26 (R5) — Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor;

b) Aplicações financeiras: São registradas pelos valores das aplicações, acrescidos dos rendimentos auferidos ("pro - rata temporis") até a data do encerramento do exercício.

c) Ativos circulantes e não circulantes - Contas a Receber de clientes: As contas a receber de clientes são

d) Provisão para Perdas sobre Créditos - PPSC: Constituída a provisão para perdas sobre créditos, seguindo critérios estabelecidos pela entidade. A provisão é constituída pela média dos últimos três anos dos créditos vencidos fora o ano vigente e que não têm ação judicial e apresentam risco provável de perda, e assim atendendo a Resolução CFC Nº1409/12 (NBC - ITG 2002(R1)) em seu item 14 e o Parecer de Orientação da CVM 21/90.

e) Estoques Resolução CFC No. 1.170/09 (NBC TG 16 (R2)): Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e outros materiais de uso geral até a data do balanço. O valor total escriturado em estoques no exercício de 2023 é de R\$ 2.593.741,23.

f) Imobilizado – Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 11 e leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC No. 1.177/09 (NBC – TG 27 (R4)). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

q) Obras em Andamento: As construções em andamento são constituídas pelo custo do projeto, mão-de-obra e aquisições de materiais.

h) Passivo Circulante e Não Circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados combase em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. — Provisões — Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

i) Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados

j) Provisão de Férias e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

k) Provisão de 13º Salário e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.

I) As Despesas e as Receitas: Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.

m) Apuração do resultado: O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser conflavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

n) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Átivos e passivos sujeitos a esses estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo imobilizado, Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Desvalorização de Estoques, Provisão para Contingências e Átivos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

5. Caixa e Equivalente de Caixa

Saldos Patrimoniais	2023	2022
Caixa	2.224	2.098
Bancos Conta Depósitos Sem Restrição	10.430	462.675
Bancos Conta Depósitos com Restrição	-	250.000
Aplicações de Liquidez Imediata Sem Restrição	32.505	274.460
Aplicações de Liquidez Imediata Com Restrição	80.369	580.231
	125.528	1.569.464

6. Aplicações Financeiras

Saldos Patrimoniais	2023	2022
Aplicações Não Vinculadas sem Restrição	1.206.572	2.178.687
Aplicações Não Vinculadas com Restrição	40.951	3.182
_	1.247.523	2.181.869

7. Créditos de Operações de Assistência à Saúde, Bens e Títulos a Receber.

Os valores a receber de clientes não consideram multa, juros ou qualquer forma de atualização monetária por atraso em seus pagamentos e podem ser assim demonstrados

Créditos a Receber de Prestação de Serviços de Assistência Médico-Hospitalar	2023	2022
Contas a receber	17.211.544	19.027.821
(-) Provisão p/ Perdas s/ Créditos	(972.267)	(854.838)
	16.239.277	18.172.983
Bens e Títulos a receber	2023	2022
Estoques	2.593.741	1.986.035
Cheques a receber	5.100	5.100
Adiantamentos	349.663	276.438
Outros Créditos ou Bens a Receber	2.161.969	319.662
	5.110.473	2.587.235
Subvenção e Assistência Governamentais a Receber Circulante	2023	2022
Federal - Investimentos	864.915	617.162
Estadual - Custeio	644.488	5.000.928
	1.509.403	5.618.090
Subvenção e Assistência Governamentais a Receber Não Circulante	2023	2022
Estadual – Custeio		644.488
	-	644.488

8. Outros Ativos Circulantes

Este grupo é composto pelos seguros, assinaturas, outras despesas a apropriar e vale-transporte, cujo período de vigência ou consumo beneficia o exercício seguinte, e estão representadas pelo seu valor nominal.

9. Ativo Não Circulante (Realizável a Longo Prazo e Investimentos)

Este grupo está composto por valores cujo vencimento ultrapassa o exercício subsequente, como Subvenções ceber, Contas a Receber e Outros Investimentos em aquisição de quotas de capital social da SICOOB Vale do a Receh Paraíba e SICOOB Unimais

10. Mudanças de Estimativas Contábeis

Conforme determinação da Resolução CFC No. 1.177/09 (NBC – TG 27 (R4)), a Entidade alterou suas taxas de depreciação de acordo com a vida útil e utilização dos bens. Este fato, conforme previsão da Resolução CFC No. 1.179/09 – (NBC TG 23 (R2)) Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, é considerado uma mudança de estimativa contábil prospectiva (vida útil de um ativo depreciável ou no padrão esperado de consumo dos futuros beneficios desse tipo de ativo), afetando a depreciação do período corrente e de cada um dos períodos futuros durante a vida útil remanescente do ativo.

11. Ativo Não Circulante (Imobilizado e Intangível)

Os ativos Imobilizados e Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil.

depreciação do período, originando o valor líquido contábil.

O valor de recuperação dos bens e direitos do imobilizado e intangível <u>são periodicamente avaliados</u> para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios das taxas de depreciação na finalidade de atender a Lei No. 11.638/07, Deliberação CVM No. 583/2009, Deliberação CVM No. 644/2010, Resolução do CFC No. 1.177/2009 (NBC TG 27 (R4)) e Resolução do CFC No. 1.330/11 (NBC TG 04 (R4)).

A partir de 2010 a Entidade addoto novos percentuais de depreciação dos bens do imobilizado e intangível e assim se enquadrando na legislação vigente. A metodología utilizada segue os principos aprovados pela Deliberação CVM 527 de 01.11.2007, retificada conforme publicação de 09.12.2007, bem como, as Normas ABNT que tratam da avaliação de bense e determinação da vida útil: ABNT nº 14.653-1 – Procedimentos Gerais; ABNT nº. 14.653-5 – Maquinas e Equipamentos e Outros Bens.

a) Ativo Imobilizado

Saldos patrimoniais:

			2023	2022	
CONTAS DO ATIVO IMOBILIZADO	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Taxa em %
Edificações	29.561.103	8.075.533	21.485.570	21.833.553	1,81 a 4
Terrenos	12.259.100	0	12.259.100	12.259.100	-
Instalações	69.393	69.363	30	88	10
Maquinários e Equipamentos	13.207.108	8.527.191	4.679.917	4.638.343	10
Informática	1.519.027	872.637	646.390	698.813	10 a 20
Móveis e Utensílios	3.345.911	2.035.425	1.310.486	1.236.745	10
Veículos	128.460	38.150	90.310	93.395	20 a 50
Imobilizações em Curso	249.038	0	249.038	383.170	-
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO b) Ativo Intangível	60.339.140	19.618.300	40.720.841	41.143.207	
Saldos patrimoniais:			2023	2022	
CONTAS DO ATIVO				.,	Taxa em

Custo Amortização Líquido Líquido INTANGÍVEL % 464.838 458,714 6.124 20 Sistemas de Computação 5 647.733 5 647 733 Marcas Comerciais 0 0 25 TOTAL DO ATIVO INTANGÍVEL 6.112.571 6.106.447 6.124 8.470

12. Obrigações a Curto Prazo (Passivo Circulante)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representam o saldo credor de fornecedores em , obrigações fiscal-empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

Continua na página seguinte



15 A 21 DE JUNHO DE 2024 | www.diariodejacarei.com.br

13. Débitos com Operações de Assistência à Saúde

Os valores a pagar para fomecedores e prestadores de serviços podem ser assim demonstrados

Caldos Fatimoniais.	2023	2022
Serviço Médico P. Física a Pagar	1.954	1.411
Serviço Médico P. Jurídica a Pagar	6.408.666	5.044.956
Fornecedores de Materiais	7.586.928	3.864.945
Fornecedores de Serviços	3.706.294	1.801.445
	17.703.842	10.712.757

14. Empréstimos e Financiamentos em Curto Prazo e Longo Prazo

	2023		2022
	Curto	Longo	Curto e Longo
	52.602		50.000
(a)	5.223.879	7.160.671	12.533.699
(b)	3.588.157	46.353.545	49.854.894
(c)	156.250	343.750	0
(d)	53.063	178.891	265.209
	9.073.951	54.036.857	62.703.802
	(b)	Curto 52.602 (a) 5.223.879 (b) 3.588.157 (c) 156.250 (d) 53.063	Curto Longo 52.602 (a) 5.223.879 7.160.671 (b) 3.588.157 46.353.545 (c) 156.250 343.750 (d) 53.063 178.891

(a) Banco SICOOB Vale do Paraíba

Contrato nº. 281.955 de 01/11/2021, para pagamento em 60 parcelas de R\$ 33.972,56, sendo a primeira vencível em 21/03/2022 e a última em 22/02/2027 e taxa de juros nominal 1,15% a.m.

Contrato nº. 282.061 de 16/11/2021, para pagamento em 60 parcelas de R\$ 86.859,99, sendo a primeira vencível em 21/03/2022 e a última em 22/02/2027 e taxa de juros nominal 1,15% a.m.

Contrato nº. 301.000 de 02/01/2022, para pagamento em 54 parcelas de R\$ 228.325,69, sendo a primeira vencível em 30/06/2022 e a última em 30/11/2026 e taxa de juros nominal 1,40% a.m.

Contrato nº. 421307 de 05/09/2023, R\$ 1.000.000,00 para pagamento em 01 parcela em 11/03/2024 Crédito Rotativo com juros mensais e taxa de juros nominal 1,45% a.m.

Contrato nº. 219208 de 18/12/2023, R\$ 980.000,00 para pagamento em 01 parcela em 18/12/2024 Crédito Rotativo com juros mensais e taxa de juros nominal 1,99% a.m.

(b) Caixa Econômica Federal

Contrato n°. 25.4293.610.000007-91 de 11/08/2021, para pagamento em 120 parcelas de R\$ 607.651,82, com carência de 06 meses, sendo a primeira vencível em 10/10/2021 e a última em 10/09/2031 com taxa de juros nominal 1,01% a.m.

Contrato nº. 25.4293.610.0000012-59 de 05/05/2023, para pagamento em 120 parcelas de R\$ 25.956,74, com carência de 06 meses, sendo a primeira vencível em 10/07/2023 e a última em 10/06/2033 com taxa de juros nominal 1,33% a.m.

Contrato nº. 25.4293.610.0000016-82 de 13/11/2023, para pagamento em 120 parcelas de R\$ 168.439,70, com carência de 06 meses, sendo a primeira vencível em 10/01/2024 e a última em 10/12/2033 com taxa de juros nominal 1,18% a.m.

(c) Banco do Brasil

Contrato nº 335803548 de 03/10/2023, para pagamento em 32 parcelas, sendo a primeira vencível em 05/03/2024 e a última em 05/10/2026 com taxa de juros nominal 2,56% a.m.

(d) Outros Empréstimos

Contrato HP Financial Services Arrendamento Mercantil S/A nº 5625647873316678BRA2 de 24/10/2022, para pagamento em 60 parcelas, sendo a primeira vencível em 24/11/2022 e a última em 24/10/2027 com taxa de juros nominal 1,31% a.m.

15. Subvenção e Assistência Governamentais a Realizar/Diferidas

Subvenção e Assistência Governamentais a Realizar/Diferidas Circulante	2023	2022
Federal - Investimentos	2.008.429	2.031.462
Federal – Custeio	643.984	
Estadual - Investimentos	481.434	742.272
Estadual - Custeio	790.287	5.017.684
Municipal - Investimentos	14.992	275.758
	3.939.126	8.067.176
Subvenção e Assistência Governamentais a Realizar/Diferidas Não Circulante	2023	2022
Federal – Investimentos	3,475,416	3,593,485
Estadual - Investimentos	254.410	37.547
Estadual – Custeio	-	644.488
Municipal – Investimentos	517.309	269.804
	4.247.135	4,545,323

16. Patrimônio Líquido

O Patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercicio (déficit) ocorrido, as doações patrimoniais e os ajustes de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercicio em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e passivo, em decorrência da a sua avaliação e preço de mercado.

As Demonstrações Contábeis deste exercício foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Entidade. A Entidade continua com o esforço para obtenção de recursos para equacionar a estrutura do patrimônio I figuido e da busca de uma maior eficiência operacional e pelo sucesso de outras medidas a serem implementadas pela Administração, para assegurar a continuidade normal de suas atividades.

17. Ajuste de Avaliação Patrimonial

Em consonância com a Resolução CFC nº. 1.159/09 (CTG 2000) (alterada pela Resolução CFC nº 1.329/11) e a Lei nº. 11.638/07, a criação da conta Ajuste de Avaliação Patrimonial faz parte do Patrimônio Líquido como um grupo especial, uma vez que os valores nela contabilizados não transitaram pelo resultado e são oriundos de aumentos de valores atribuídos a elementos do Ativo Não Circulante Imobilizado.

18. Redução ao Valor Recuperável de Ativos

A Entidade revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei No. 11.638/08, Deliberação da CVM No. 527, Resolução 1.292/10 que aprova (NBC TG 01 (R4)). Quando tais evidências são identificadas (o que não foi o caso em 2022), e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração para efetuar esse TESTE avaliou se existe alguma necessidade de desvalorização dos ativos utilizados como indicações a análise das principais fontes extemas e internas que possam interferir na recuperabilidade dos ativos operacionais da Entidade, e assim desenvolvendo uma análise da evolução dos

principais indicadores de geração de Receita, Caixa, Crescimento e Retorno de Investimentos dos últimos três (2020, 2021 e 2022) exercícios sociais, mais o exercício em curso (2023) e projeções futuras (2024, 2025, 2026 e 2027). Concluímos que ambos os métodos e/ou critérios (pelo valor líquido de venda e valor líquido de uso) utilizados demonstraram que o valor líquido contábil está a menor que o valor justo estimado, e por este motivo não é necessário qualquer lançamento contábil para redução dos valores contabilizados, e assim não foi necessário constituir provisões para recuperação de ativos imobilizado e intangível do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 dezembro de 2023

19. Ajuste a Valor Presente – Resolução do CFC n. 1.151/09 (NBC TG 12)

Conforme Resolução nº. 1.151/09 (NBC TG 12), e a Lei 11.638/07 os Passivos são avaliados de forma conservadora, acrescidos de todos os encargos, juros, multas e correções cabíveis. Os Passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente e aos saldos de curto prazo, quando houver efeito relevante. Os Ajustes a Valor Presente são normalmente contabilizados como contas retificadoras dos recebíveis e exigíveis e vão sendo alocados no resultado como receitas e despesas financeiras pelo regime de competência, pelo método da taxa efetiva de juros.

20. Subvenção e Assistência Governamentais – Resolução CFC n. 1305/10 (NBC TG 07 (R2))

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando, também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o Estatuto Social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

Para a contabilização de suas subvenções e assistências governamentais, a Entidade, atendeu a Resolução nº. 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC № 1409/12 que aprovou a ITG 2002(R1).

A Entidade recebeu no decorrer do período as seguintes Subvenções/Assistências Governamentais para Custeio do Poder Público Estadual:

Com Restrição:

Concedente	Nº Convênio	Valor recebido	Rendimento de Aplicação	Valor realizado	Objetivo/Utilização
Governo Estadual	Convênio: 1067/2020	3.866.928	508	3.738.599	Custeio/Aquisição de material de consumo e serviços de terceiros – utilização: Pessoal Serviços de Terceiros: R\$ 3.193.532 Materiais e Medicamentos: R\$ 545.087 Saldo Bancário em 31/12/2023: R\$ 463,78
Governo Estadual	Convênio: 252/2020	1.134.000	31	1.133.825	Custeio/Aquisição de material de consumo e serviços de terceiros – Utilização: Pessoal Serviços de Terceiros: R\$ 904,731 Materiais e Medicamentos: R\$ 229.094 Saldo Bancário em 31/12/2023: R\$ 265,61
Total do Ano:		5.000.928	539	4.872.424	

A Entidade utilizou no decorrer do período as seguintes Subvenções/Assistências Governamentais para Investimento do Poder Público Estadual:

Com Restrição:

Oom Result					
Concedente	Nº Convênio	Valor recebido	Rendimento de Aplicação	Valor realizado	Objetivo/Utilização
Governo Estadual	T. A.: 03/2011			5.406	Termo Aditivo destinado a Investimentos – Equipamentos e mobiliário para UTI recebido em 01/12/2011 – Utilização: Depreciação: R\$ 5.406
Governo Estadual	T. A.: 01/2014			23.609	Termo Aditivo destinado a Investimentos – Equipamentos recebido em 04/07/2014 - Utilização: Depreciação: R\$ 23.609
Governo Estadual	Convênio: 904/2014			62	Termo Aditivo destinado a Investimentos – Equipamentos recebido em 19/12/2014 – Utilização: Depreciação: R\$ 62
Governo Estadual	Convênio: 1.248/2022		1.803	22.642	Termo Aditivo destinado a Investimentos — Equipamentos recebido em 16/12/2022 Utilização: Depreciação: R\$ 22.642 Saldo Bancário em 31/12/2023: R\$ 3.104,86
Governo Estadual	Convênio: 306/2022		3.585	2.060	Termo Aditivo destinado a Investimentos — Equipamentos recebido em 16/12/2022 Utilização: Depreciação: R\$ 2.060. Saldo Bancário em 31/12/2023: R\$ 768,03
Governo Estadual	Convênio: 1.557/2022		4.418	0	Termo Aditivo destinado a Investimentos – Equipamentos recebido em 29/12/2022 sem utilização em 2022. Saldo Bancário em 31/12/2023: R\$ 10.191,01
Total do Ano:		0	9.806	53.779	

A Entidade recebeu no decorrer do período as seguintes Subvenções/Assistências Governamentais para Investimento do Poder Público Federal:

Com Restrição:

Concedente	Nº Convênio	Valor recebido	Rendimento de Aplicação	Valor realizado	Objetivo/Utilização
Governo Federal	781443/2012			8.760	Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em
Governo Federal	781380/2012			44.530	04/09/2013. Utilização: Depreciação R\$ 8.760. Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em
Governo Federal	791035/2013		313	12.825	17/1/2/2013. Utilização: Depreciação R\$ 44.530. Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em 07/03/2014. Utilização: Depreciação: R\$ 12.825. Saldo bancário em 31/12/23: R\$ 2.875,75.
Governo Federal	810191/2014			25.509	Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em 07/03/2016, Utilização; Depreciação; R\$25.509,
Governo Federal	836995/2016			6.783	Aquisição de Equipamento e Matérial Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em
Governo Federal	836589/2016			795	17/05/2017. Utilização: Depreciação: R\$6.783. Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em 18/05/2017. Utilização: Depreciação: R\$795.
Governo Federal	835016/2016			9.579	Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em 29/05/2017. Utilização: Depreciação: R\$9.579.
Governo Federal	832707/2016			16.882	Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em
Governo Federal	836571/2016			22.971	08/06/2017. Utilização: Depreciação: R\$16.882. Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em 14/06/2017. Utilização: Depreciação: R\$22.971.
Governo Federal	838489/2016			274.519	Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em 21/07/2017. Utilização: Depreciação: R\$274.519.
Governo Federal	835015/2016			14.375	Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em 24/07/2017. Utilização: Depreciação: R\$14.375.
Governo Federal	839895/2016			5.749	Reforma de Unidade de Atenção Especializada em Saúde, recebida em 01/07/2018 - Parcela 02/02. Utilização: Depreciação: R\$5.749.
Governo Federal	851189/2017			58.648	
Governo Federal	PRONON- NUP: 25.000.01.51 79/2018-68			85.000	
Governo Federal	PRONON- NUP: 25.000.00.25 60/2017-86			24.284	PRONON Projeto Reforma de Leitos da Oncologia e melhorias no CETRO, recebida em 2017. Utilização: Depreciação: R\$24.284.
Governo Federal	851330/2017	52.952	1.548	0	Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, Reforma da Maternidade, recebida parcial em 21/06/2022, 04/04/2023 e 27/03/2023. Sem utilização até 12/2023. Saldo Bancário em 3/11/2/23.
Governo Federal	868773/2018			30.477	Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em 24/03/2020. Utilização: Depreciação: R\$30.477.

Continua na página seguinte

BALANÇO

Governo Federal	873438/2018			14.723	Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em
Governo Federal	886257/2019			12.191	10/12/2020. Utilização: Depreciação: R\$14.723. Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em 15/12/2020. Utilização: Depreciação: R\$12.191.
Governo Federal	922009/2021		2.345	25.030	Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em 20/06/2022. Utilização: Depreciação: R\$ 25.030.
Governo Federal	921360/2021	96.735	4.476	68	
Governo Federal	935305/2022	115.510	1.825	6.738	Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em 10/04/2023 parcial. Utilização: Depreciação: R\$ 6.738 Saldo Bancário 31/12/23: R\$ 1.825,38.
Governo Federal	900974/2020	48.050	1.247	1.513	Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em 05/06/2023. Utilização: Depreciação: R\$ 1.513. Saído Bancário 31/12/23: R\$ 1.247,30.
Total do Ano:		313.247	11.754	701.949	

A Entidade recebeu no decorrer do período as seguintes Subvenções/Assistências Governamentais para Custeio do Poder Público Federal:

Concedente	Nº Convênio	Valor recebido	Rendimento de	Valor realizado	Objetivo/Utilização
			Aplicação		
Governo Federal	PORTARIA GM/MS № 443		19.454	2.675.356	Custeio/Aquisição de material de consumo e serviços de terceiros Recebido em 31/05/2023 — utilização: Pessoal Própiro: R\$ 951.593. R\$ 1.514.128 Materials e Medicamentos: R\$ 209.894
Governo Federal	LEI FEDERAL N 14.434 E PORTARIA GM/MS N° 1.135		2.855	1.508.345	Custeio de Pessoal - Enfermagem Recebido em 21/09/2023, 17/10/2023, 27/11/2023 e 18/12/2023 – utilização: Pessoal Próprio: R\$ 1,506,345
Governo Federal	CONVENIC 1.019.05/21 4 PORTARI GM/MS Nº 1.157	.2 A	0	381.484	Custeio/Aquisição de material de consumo e serviços de terceiros Recebido em 14/12/2023 - utilização: Pessoal Serviços de Terceiros: R\$ 301.370 Materiais e Medicamentos: R\$ 80.114
Total do Ano:		5.186.860	22.309	4.565.185	

A Entidade recebeu no decorrer do período as seguintes Subvenções/Assistências Governamentais para Investimento do Poder Público Municipal:

Com Restrição:

Concedente	Nº Contrato	Valor recebido	Rendimento de Aplicação	Valor realizado	Objetivo/Utilização
Prefeitura Municipal	Termo de Colaboração 1.043.00/2021		965	14.226	Repasse de Recurso Financeiro para Instalação de Elevadore Ampliação do Centro de Parto no valor total de R\$ 525.000,00. Utilização: Depreciação R\$ 14.226.
Total do Ano:			965	14 226	

A Entidade recebeu no decorrer do período Receitas com Restrição de uso do SUS – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE e em attendimento as Normas de Brasileiras de Contabilidade seguem abaixo as Demonstrações de Despesas e Custos segregadas por Convêntos:

Com Restrição:

Concedente	Nº Convênio	Valor recebido	Valor realizado	Objetivo/Utilização
	Convênio SUS nº 1.019.00/2021	30.969.230		Custeio – Utilização: Pessoal Próprio: R\$ 11.522.146 Pessoal Terceiros Médicos: R\$ 6.697.258 Pessoal Terceiros Diversos: R\$ 1.007.697 Materiais e Medicamentos: R\$ 2.795.983 Custos Empréstimos Marqem SUS: R\$8.946.146
Total do Ano:		30.969.230	30.969.230	

21. Provisão de Ativos e Passivos Contingentes - Resolução CFC nº. 1.180/09 (NBC TG 25 (R2))

Em atendimento a Resolução CFC 1.180/09, e respaldado por um documento recebido da Assessoria Jurídica, constando os processos administrativos e/ou judiciais que a Entidade possui e a situação provável com suficiente segurança da perda desses valores, estão reconhecidos na escrituração contábil, a saber:

Processos Referentes

Valor Envolvido

otal da provisão contábil	124.731
Reclamações Trabalhistas	14.000
Ação de Indenização civil	110.731

Os processos judiciais em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, nos quais a entidade é parte passiva e que representam risco possível, estão relacionados abaixo:

Processos Referentes	Valor Envolvido
Ação de Indenização civil	10.030.803
Reclamações Trabalhistas Total:	1.247.347 11.278.150

22.Receitas (NBC TG 47)

Em atendimento a NBC TG 47, as receitas (fontes de recursos) da Entidade decorrente da manutenção dos serviços prestados por assistência médico-hospitalar SUS e Convênios, provenientes das internações e serviços ambulatoriais, são registrados quando produzidas, por ocasião da alta do paciente, que nem sempre ocorre no mesmo més em que foram incorridos os custos de manutenção da prestação dos serviços. As distorções que esses fatos podem refletir na apuração do resultado de cada período não têm sido relevantes. As receitas SUS supramençionadas ficam sujeitas à revisão e aprovação por parte da Secretaria Municipal de Saúde, gestora do Sistema Unico de Saúde no município.

Outras receitas (fins e sustentáveis, conforme art. 2º do Estatuto Social) são reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade.

Segue abaixo os montantes de cada categoria significativa (relevante) de receita reconhecida durante o período:

Código Contábil	Rubrica Contábil	Valores
3.3.2.1.1	Receitas c/ Operações de Assistência Médico-Hospitalar	54.453.988
3.3.2.1.3	Receitas c/ Operações de Assistência Médico-Hospitalar SUS	31.135.735

23. Do Resultado do Exercício

O déficit do exercício de 2023 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC № 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002(R1) em especial no item 16, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

24. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC nº 1.152/09 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC n. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 (R3) — Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.

As contas que compõem as atividades de investimentos são:

- Investimento
- Imobilizado
- Intangível

As contas que compõem as atividades de financiamentos são:

• Empréstimos / Financiamentos / Leasing

25. Cobertura de Seguros

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua a contratação de seguros em valores considerados suficientes para a cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. As apólices de seguro mantidas pela entidade propiciam as seguintes coberturas:

Cobertura de Vencimento Seguradoras Importância Segurada Riscos Predial, roubo e incêndio Porto Seguro Empresa R\$ 22.483.000 Apólice nº. 118-64-4046612 11/11/2024 Veículo (roubo, danos materiais, corporais e morais) 100% tabela FIPE mais danos a terceiros e passageiros – 05 Itens conforme Apólice nº 31-11-2023.0859865 28/02/2024

entidade não mantém seguro para cobertura de possíveis contingências decorrentes de responsabilidade

26. Doações e Contribuições Recebidas

Eventualmente a Entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas físicas e jurídicas, previstas no seu Estatuto Social e no ano de 2023 recebeu donativos diversos no valor de R\$ 1.581.799.

A ENTIDADE é imune à incidência das Contribuições Sociais por força da Lei Complementar No 187 de 2021

28. Característica da Imunidade

A Associação Casa Fonte da Vida é uma instituição de saúde sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto na Lei Complementar No 187 de 2021, e por isso é reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (Imune), no qual usufrui das seguintes características:

- A Instituição é regida por legislação infraconstitucional; Existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidades é dispensada de pagar o tributo; Há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido.

29. Requisitos Para Manutenção Da Imunidade Tributária

A Associação Casa Fonte da Vida é uma entidade beneficente de assistência social (possui CEBAS) e para usufruir da Imunidade Tributária determinada pela Lei Complementar No 187 de 2021, cumpre os seguintes requisitos:

ESTATUTÁRIOS

- Não remunera, nem concede vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, a diretores, conselheiros, associados, benfeitores ou equivalentes, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelo estatuto (art. 26 do Estatuto Sociali);
 Aplica suas receitas, rendas, rendimentos e o eventual resultado operacional, integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais (art. 27 do Estatuto Sociali);
 Não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto (art. 25 do Estatuto Sociali);
 A tende o princípio da universalidade do atendimento, onde <u>não</u> direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as);
 Tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a uma entidade de fins não lucrativos, devidamente registrada em rogão público municipal, estadual e federal, e no Conselho Nacional de Serviço Social ou a uma entidade pública a critério da Assembleia (art. 24 do Estatuto Social);

OPERACIONAIS E CONTÁBEIS

- Possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS;
- Garantia do Tempo de Serviço FGTS;
 Mantém sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
 Conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;
 Cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
 Elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

30. Contribuições Sociais Usufruídas (IMUNES)

A Entidade possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da Saúde, conforme Portaria nº 851 de 19/08/2021 do Ministério da Saúde publicada no Diário Oficial nº 162 - DOU de 26/08/2021 – Seção 1 – p.77 Processo n. 25.000.102042/2021-48, válido pelo período de 21 de dezembro de 2021 a 20 de dezembro de 2024.

Conforme Lei Complementar No 187 de 2021 entidade beneficente certificada fará jus à imune do pagamento das contribuições. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas em 2022:

a) Imunidades Previdenciárias:

Folha de Pagamento - Salários: Folha de Pagamento - Autônomos: 9.190.006 5.418 b) COFINS : 3.023.706 TOTAL NO ANO: 12.219.130

31. Obrigações da Saúde Para Fins de CEBAS-SAÚDE

Conforme determinação da Lei Complementar No 187 de 2021 e a Portaria MS No, 834/2016 a Entidade já Conforme determinação da Lei Complementar No 187 de 2021 e a Portaria MS No. 834/2016 a Entidade já procedeu ao recadastramento no Ministério da Saúde, pelo site no departamento de certificação D - CEBAS. A Entidade em atendimento a Portaria MS No. 1.034/10 formalizou sua contratualização no dia 30/06/2016. Em 29/06/2021 foi formalizado o Convénio nº 1.019.00/21 com o Gestor Local do SUS, porrogado por 12 meses em 29/06/2023, pelo Aditamento N° 1.019.03/21.23, Expediente nº 011/2021 DA-SS. A Instituição de saúde mantém atualizados seus dados no Cadastro Nacional de Entidades de Saúde (CNES).

Os serviços de saúde desenvolvidos pela Entidades são atividades de imunidade ou proteção nas Políticas Públicas de Saúde (Política Nacional de Saúde, Política Nacional de Atenção Básica à Saúde e outras) que ela está inserida e como consequência, por elas regulamentada.

Continua na página seguinte >

15 A 21 DE JUNHO DE 2024 | www.diariodejacarei.com.br

32. Cumprimento de Metas com o SUS

Conforme determinação do artigo 9º item II c da Portaria da Lei complementar 187/2021 a Entidade cumpriu etas quantitativas e qualitativas de internação ou de atendimentos ambulatoriais estabelecidas na contratualização, e estas foram atestadas pelo Gestor Local do SUS.

33. Da Concessão dos Recursos em Assistência à Saúde

Conforme determinação da Lei Complementar No 187 de 2021 item II § 1º a Entidade cumpriu:

- As metas estabelecidas em contrato de contratualização, conforme Nota 32;
- Ofertou a prestação de seus serviços ao Gestor Local do SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) que pode ser comprovado pelas informações que a Entidade inseriu no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), no Sistema de Informação Hospitalar (SIH) e no Comunicado de Internação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA);

Nos quadros abaixo demonstramos, conforme determina da Lei Complementar No 187 de 2021:

- Número de atendimentos SUS e Ñ-SUS; Percentual de atendimentos SUS (superior aos 60% exigido).

DESCRIÇÃO 2023	
Quantidade de Paciente Dia SUS (Conforme DATA SUS AIH)	19.613
Quantidade de Paciente Dia Não SUS (Conforme CIHA)	15.961
Total Paciente-Dia	35.574
Quantidade de Procedimentos Ambulatoriais SUS (Conforme DATA SUS SIA)	187.998
Quantidade de Procedimentos Ambulatoriais SUS (Conforme CIHA)	135.835
Total Ambulatorial	323.833
% Internação SUS	55,13%
% Ambulatorial SUS	58,05%
PERCENTUAL SUS - ANTES DA VERIFICAÇÃO DO ART 33	65,13%
Atenção Obstétrica e Neonatal **	1,50%
Atenção Oncológica **	1,50%
Atenção às urgências e emergências	
Atendimentos voltados aos usuários de Álcool, crack e outras drogas	
Hospitais de ensino	
TOTAL	3,00%
PERCENTUAL SUS FINAL AO CEBAS	68,13%

^{*} Limite de uso pela Portaria No. 834/2016 - 10%

** ART. 33. Ao percentual total da prestação de serviços para o SUS poderá ser adicionado o índice percentual de 1,5% (um e meio ponto percentual), para cada ação abaixo discriminada, relacionadas no Plano de Ação Regional.

34. Custos X Servicos Prestados

Em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 1409/12 que aprovou a ITG 2002(R1) item 27 letra "m", demonstramos abaixo a comparação financeira referente aos serviços prestados ao SUS, compreendendo as receitas, os custos dos serviços e as imunidades usufruídas:

Apuração Financeira SUS Exercício 2023

303	
Total de Custos	57.059.001
Total de Receitas	31.135.735
RESULTADO	(25.923.266)

Resultado da Imunidade

Resultado SUS	(25.923.266)				
Resultado Imune Usufruídas (nota 29)	12.219.130				
RESULTADO COM IMUNIDADE	(13.704.136)				

35. Trabalho Voluntário

Conforme Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 1409/12 que aprovou a ITG 2002(R1) item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação de serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela Entidade.

O montante desse servico em 2023 corresponde a R\$ 6,204. O valor ora realizado está registrado em conta patrimonial específica e reconhecida na receita e na despesa

36. Parcelamentos

Em 20/11/2009 a Entidade fez o Pedido de Parcelamento conforme a Lei nº 11 941/2009, referente ao saldo remanescente de Parcelamento anterior – Refis, do qual formos excluidos conforme Portaria 2.302/2009 do Comité
Gestor do REFIS. A Consolidação dos débitos do Parcelamento foi confirmada em 08/07/2011 para pagamento em
160 parcelas. Em 2017 com o deferimento final à nossa adesão ao PROSUS Lei 12.873/2013 suspendemos os
pagamentos e ficamos à espera da remissão dos débitos conforme regras previstas nesse programa no valor de R\$
1 em 2017 como de 10 pagamento. 1.636.859,41.

DATA DO PEDIDO	N° PROCESSO	TIPO	PARCELAS RESTANTES	SALDO 3	1/12/2023
15/08/2023	008465621	PES DEMAIS DÉBITOS	117	R\$	540.376,20
15/08/2023	008465695	PES DEBITOS PREVIDENCIARIOS	57	R\$	353.175,42
TOTAL:			•	R\$	893.551.62

Parcelamentos RFB

DATA DO			PARCELAS		
PEDIDO	Nº PROCESSO	TIPO	RESTANTES	SALD	O 31/12/2023
22/08/2022	13032.652475/2022-74	PERT SAUDE DEMAIS DEBITOS	103	R\$	3.522.452,85
22/08/2022	13032.652475/2022-74	PERT SAUDE INSS	44	R\$	2.827.191,40
29/12/2022	0001200692551282202	PARCELAMENTO INSS/DEMAIS	49	R\$	1.605.090,55
25/07/2023	64.403.952-3	PARCELAMENTO INSS AUTON.	56	R\$	196.955,92
10/02/2023	02110001200185678302335	PARCELAMENTO SIMPLIFICADO	51	R\$	685.416,54
15/08/2023	021100012006934821023021	PARCELAMENTO INSS AUTON.	57	R\$	3.403.211,22
TOTAL ·				R\$	12 240 318 48

Parcelamento FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

DATA DO PEDIDO	N° PROCESSO	TIPO	SALDO 31/12/2023		
14/08/2012	2012004305	FGTS	R\$	282.354,41	
13/11/2018	2018010641	MULTA FGTS	R\$	62.844.22	
06/09/2019	2019010033	FGTS	R\$	132.811,48	
TOTAL:			R\$	478.010,11	

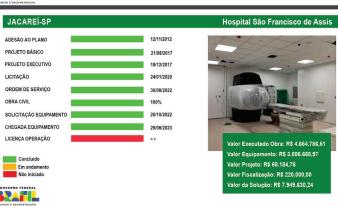
A entidade participa do Fundo Social da Associação São Francisco Vída CNPJ: 14.946.109/0001-20, conforme previsão estatutária (item 2.2) em cumprimento ao artigo 9º da RN nº 100, de 03 de junho de 2005 e artigo 34 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

A entidade requereu adesão ao PROSUS Lei 12.873/2013 conforme Processo SIPAR № 25000.121098/2014-72, processo que se encontra deferido aguardando a remissão dos débitos conforme regras previstas pelo programa.

39 RADIOTERAPIA

Pela Portaria 3.283 de 04/12/2017 do Ministério da Saúde está sendo construída uma unidade de RADIOTERPIA de acordo com o Plano de Expansão da Radioterapia no SUS e em 16/11/2023 tivemos o Termo de Re Provisório conforme Contrato nº 29/2021 e projeto encontra-se na seguinte situação em 31/12/2023:





40. EVENTOS SUBSEQUENTES - FATO RELEVANTE

A entidade ajuizou Ação Judicial nº 1048266-49.2022.4.01.3400 em face da União Federal, em curso perante o TRF1, na qual visa buscar sanar a llegalidade da utilização da "Tabela de Procedimentos Ambulatoriais e Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SUS)" como base para remuneração, devida à autor (ACPV), decornete da sua aluação, em complementação ao Estado, na prestação de serviço de assistência à saúde. O fundamento ujuridico demonstra que a remuneração praticada e decorrente viola os princípios as a razoabilidade, proporcionalidade e isonomia, sendo indispensável, ao menos, a equiparação dos valores constantes da Tabela Unica Nacional de Equivalência de Procedimentos (TUNEP)", NA e uguparação dos valores constantes do valore de vido à autora pelo Equivalência de Procedimentos (TUNEP)", NA e uguparação por capacidade, os capacidades de vido a sucrea pelo sucrea de valor de v equivaencia de Procedimentos (TONEP), IN vol outro final atualizado, no calculo do valor devido a adulta pelos serviços hospitalares prestados à comunidade. O pedido já fojulgado em primeira instância sendo PROCEDENTE, tendo sido confirmada a decisão pelas instâncias superiores de forma unânime, encontrando -se atualmente com recurso ao STJ, no qual aquarda-se julgamento. Diante da Declaração de Análise de Risco e Possibilidade Ativa de Ação Judicial elaborada Dr. BRUNO PERMAN FERNANDES OAB/DF n.º 53.636 classifica-se a pretensão do processo em análise como PROVÁVEL (75%), tendo como estimativa financiera de aproximadamente R\$ 13,5 milhões (treze milhões e quinhentos mil reais) pelas evidências contratadas nos convênios firmados, devendo ser conferido e certificado quando da fase processual de liquidação de sentença

Jacarei, 31 de dezembro de 2023.

Maria Nair Lopes CPF: 338.219.928-91 Antônio Rico Renó Júnior CT- CRC-SP 1SP153.420/O-3 CPF: 109.771.088-21

Conclui na página seguinte >

www.diariodejacarei.com.br

15 A 21 DE JUNHO DE 2024 | www.diariodejacarei.com.br



ASSOCIAÇÃO CASA FONTE DA VIDA

CNPJ.: 50.460.351/0001-53

"RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES

ninamos as demonstrações contábeis da ASSOCIAÇÃO CASA FONTE DA VIDA que oreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações dada do periodo, das mutações do patrimônio liquido de os fluxos de caixa para o exercició inflos essa bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas siberacionos as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas siberacionos correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas siberacionos correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas siberacionos con consensos de conse

nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os ctos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2023, o mpenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com dirácas contábeis adordadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, inititudad "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contabies". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador en as normas profissionis entitulas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as dernais responsabilidades éticas de acordo com cesan normas. Acreditamos que a evidência de auditorio dotide à suficiente e apropriada para fundamentar nosea opinião.

A Entidade vem apresentando déficirs nos últimos três exercícios, resultando na existência de um
"Património Líquido Negativo". As Demonstrações Contábeis deste exercício foram preparadas no
pressuposto da continuidade normal dos negácios da Entidade. A Entidade continua com o estêros para
obtenção de recursos para equacionar a estrutura do patrimônio líquido e da busca de uma maior eficiência
operacional e pelo sucesso de outras medidas a serem implementadas pela Administração, para asseguar a
continuidade normal de suas atividades. Nosas opinião não está resulvada em relação a este assumo.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacida de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sa continuidade operacional e o uso desea base contábil na leáboração das demonstrações contábeis, a não que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhu alternativa realista para vistar o encernamento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nosso opinião. Segurança razoável é um alto nivel de segurança, mas, não, uma agunanta de que a auditoria realizade de acordo com as normas brasileiros i enternacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro es ado consideradas relevantes qualos, dividualmente un conjunto, possua influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria en resposta a tasi riscos, bem como obtemos evidencia de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nosa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso nela administração, da base contábil de continuidade e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar divida significativa em relação à capacidade de continuidad operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contidêncio un incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estás findamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os evento maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

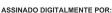
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP 07 de Junho de 2024

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS CRC/SP 2SP 024298/O-3

Alexandre Chiaratti do Nascimento Contador CRC/SP 187.003/ O= 0 CNAI - SP - 1620













VALIDAR DOCUMENTO

Código de validação: 8DE8B-3EE82-8EBAE-CDFC8

Para verificar assinatura após ter assinado acesse o link a abaixo: https://fenacondoc.com.br/valida-documento/8DE8B-3EE82-8EBAE-CDFC8

A validação também pode ser feita utilizando o QR Code abaixo



ASSOCIAÇÃO CASA FONTE DA VIDA CNPJ 50.460.351/0001-53 PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Associação Casa Fonte da Vida, examinou detidamente a documentação apresentada, as demonstrações contábeis, verificando que elas foram feitas dentro das atuais normas técnicas aplicadas no Brasil, representando fielmente a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2023. Acrescenta ainda o elogiável desempenho da Administração da Associação, que vem enfrentando, com muita competência e sabedoria a grande crise econômica financeira que o País vem sofrendo, capacitando-se assim para receber toda nossa confiança e nossa expectativa de que está fazendo o que há de melhor na administração da associação. O resultado do balanço de 2023, que de um déficit de R\$ 14.860.702,00 de reais em 2022 passou para R\$ 19.566.619,00 em 2023, aumentando assim em R\$ 4.705.917,00. Isto demonstrando o grande desequilibrio que o país vem sofrendo, com tão fortes aumentos de preços e sub financiamentos dos serviços de saúde ao longo dos anos, fazendo que as Entidades arcassem com altos déficits em seus balanços. Nossa grande esperança foi ciração no estado de São Paulo da nova tabela SUS PAULISTA demonstrado o reconhecimento do governo à defasagem da tabela SUS, com a tendência já demonstrada atualmente, nos levará a um equilibrio financeiro, com toda certeza no próximo exercicio de 2024, tendo em vista ainda o funcionamento dos Serviços de Radioterapia, Referência Regional, muito em brev. No Parecer dos Auditores Independentes e no nosso, solicitamos aos conselheiros que aprovem estas contas.

Jacarel, 07 de junho de 2024.



Geral

ORIENTAÇÃO

Prefeitura alerta que IPTU deve ser pago somente pelo código de barras

Alerta é feito porque há contribuintes que estão utilizando o OR Code e Chave PIX que constam na contracapa do carnê

A Prefeitura de Iacareí, por meio da Secretaria de Finanças, orienta os contribuintes sobre o IPTU 2024. De acordo com a pasta,

o pagamento deve ser realizado somente por meio do código de barras localizado nos boletos do interior do carnê.

Este alerta é feito

vasques



Contribuinte que fez o pagamento, por engano, via PIX, deve se dirigir ao AtendeBem

Contábeis

✓ Fiscais

Trabalhalhistas

✓ Legalização de Empresas

Fone: (12) 3953-4601

e-mail: vasquescontabilidade@uol.com.br

COMUNICADO

ERRATA Na publicação da Edição Digital do Diário de Jacareí, de 04 a 10 de maio de 2024 – edição nº. 10.004 – ano 56

CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL
GOLDPLAS EMBALAGENS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº,
44.472.842/0001-11, torna público que obteve da Secretaria de Meio
Ambiente e Zeladoria Urbana (SMAZU) da Prefeitura Municipal de
Jacarei (PMJ), através do Processo 3838/2024, a Licença de Operação
nº, 0013 para a atividade CNAE 2222-6/00 – Fabricação de embalagens
de material plástico, localizada na Avenida Malek Assad, nº 1016,
bairro Jardim Santa Maria, válida até 22/04/2024, condicionada ao
cumprimento das exigências técnicas.

<u>Onde se lê</u>: válida até 22/04/2024 / <u>Leia-se</u>: **válida até 22/04/2028**

porque há contribuintes que estão utilizando o QR Code e Chave PIX que

constam na contracana do carnê. No entanto, os dois apontamentos

são voltados exclusivamente à doação para o Fundo Municipal do

Meio Ambiente, direcionada à causa ani-mal. "Esta ação causará transtornos, já que o IPTU não será pago", informa em nota.

Anita Soares, Diretora Administração Tributária, destaca a impossibilidade, em algumas situações, de reconhecer os pagamentos que são realizados erroneamente via PIX, "Muitas vezes os contribuintes não são os correntistas e, há vezes que o PIX é realizado por terceiros, inviabilizando a identificação", enfatiza.

ATENDEBEM

Caso o contribuinte tenha feito o pagamento, por engano, via PIX, ele deve dirigir-se ao AtendeBem, localizado na Prefeitura, ou acessar a aba Atende-Bem On Line, no site da Prefeitura, abrir um processo administrativo de 'baixa de débitos' e anexar os documentos pessoais, comprovante de transferência, entre outros, para regularizar a situação.

CONFIANÇA É TUDO!

5 motivos para escolher a PANTHER

- 25 anos na liderança através de qualidade incomparável;
- Em uma única empresa, todas as soluções;
- Tecnologia aumentando segurança e reduzindo efetivo ocioso;
- A maior e mais estruturada central de monitoramento;
- Sua família e sua empresa merecem segurança de elite!

Tel. (12) 3951-8505 Jacarei São José dos Campos